

Estratégias e recursos pedagógicos para a alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista - TEA

*Edleuza Ferreira dos Passos
Dlayne Giordana Pereira Soares*

Introdução

O sistema educacional inclusivo do Brasil é pautado e amparado por leis que promovem os princípios democráticos de igualdade, diversidade e pluralidade, e que garantem o direito à educação para todas as pessoas com deficiência, devendo tal direito ser exercido desde a educação infantil. A busca por uma educação de direito permeia-se desde a Constituição de 1988, a qual, em seu artigo 205, prevê a aquisição da educação para todas as pessoas, sendo dever do Estado e da família promovê-la (Brasil, 2025c).

A Lei Brasileira de Inclusão, ressalta que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2025b, p. 12).

O presente artigo tem como objetivos apresentar estratégias e recursos pedagógicos que possam ser usados pelo professor para alfabetizar crianças com Transtorno do Espectro Autista – TEA; abordar a importância da utilização de recursos pedagógicos no desenvolvimento da aprendizagem de crianças com TEA e de que forma as práticas pedagógicas e metodológicas podem ajudar essas crianças no desenvolvimento da aprendizagem.

Sendo assim, a pesquisa se justifica pela necessidade de busca e conhecimento de estratégias e

recursos pedagógicos que possam ser usados pelo professor em sala de aula para ensinar crianças com Transtorno do Espectro Autista.

A presente pesquisa é de natureza básica, com objetivos exploratórios, de abordagem qualitativa, realizada a partir de uma pesquisa de cunho bibliográfica. Para a sua construção, será consultada uma variedade de recursos, incluindo sites, livros, revistas científicas, artigos acadêmicos e periódicos. Essa abordagem diversificada proporcionará entendimento amplo e fundamental sobre o tema em questão.

No primeiro tópico, o artigo versa sobre os conceitos e características do autismo e seus primeiros pesquisadores, tanto na parte científica quanto na literatura. Abordando ainda sobre as leis que amparam e garantem os direitos das pessoas com deficiência, como a Constituição Federal de 1988, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015 e a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, também conhecida como Lei Berenice Piana. Além disso, o primeiro tópico ainda trata da inclusão escolar, como esta deve acontecer e as estratégias e práticas pedagógicas que toda equipe escolar deve adotar para a inclusão de alunos com TEA.

O segundo tópico enfatiza a importância da capacitação de professores, através da formação continuada, tanto por meio das instituições às quais este profissional está vinculado, como também por seu próprio interesse, em busca de conhecimento e aprendizagem na área da Educação Especial, que fortalecerá suas práticas pedagógicas em sala de aula.

Por fim, o terceiro tópico destaca a importância das práticas docentes no processo de alfabetização de alunos com TEA e como o processo de leitura e escrita é essencial no desenvolvimento de sua aprendizagem. Diante disso, o respectivo tópico também destaca o uso de métodos de alfabetização e letramento, como o fônico, as habilidades de leitura e escrita e o uso da abordagem multissensorial, destacada por Conti e Mombelli (2024).

Além da diferenciação das letras e números abordados no processo de alfabetização, o uso do método fônico e também da abordagem multissensorial, citados acima, o tópico traz ainda o uso de recursos pedagógicos que, segundo Bezerra (2023), servem como auxílio no desenvolvimento das práticas docentes. Essa abordagem precisa ser feita de forma criativa, pois o visual constitui um dos meios de comunicação mais acessíveis para crianças com transtornos diversos. Nesse caso, a autora traz uma série de exemplos de recursos que podem ser utilizados tanto dentro da sala de aula quanto dentro da sala de recursos.

Conceito, legislação e a inclusão na escola

O autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado como um transtorno que está relacionado principalmente ao neurodesenvolvimento, sendo evidenciados os primeiros sintomas no início da infância. Conforme Santos (*apud* Gouveia *et al.*, 2022), esses sintomas manifestam-se em

dois domínios, estando o primeiro associado diretamente à dificuldade de comunicação e interação social e o segundo se manifesta por meio de comportamentos repetitivos. Seu aparecimento é maior em crianças do sexo masculino. Nesse contexto, as crianças que possuem TEA têm sua capacidade de comunicação e relacionamentos afetada, assim como também dificuldades de responder de forma adequada aos estímulos do ambiente.

As primeiras descobertas sobre o autismo começaram com os estudos do psiquiatra Eugene Bleußer, em 1916, relacionando os sintomas à esquizofrenia. Somente em 1943 é que surgem as publicações do psiquiatra Léo Kanner, nas quais usou a mesma expressão para descrever 11 crianças que tinham comportamentos em comum. Logo depois, surgiu o pediatra Hans Asperger, em 1944, que também estudou a síndrome Schmidt (*apud* Gouveia *et al.*, 2022). Foram os estudos de Leo Kanner, através de um artigo no mundo científico, que trouxeram importantes contribuições e observações sobre o autismo.

Para Rosenberg (*apud* Gouveia *et al.*, 2022), Kanner tornou-se referência na temática, através de suas observações detalhadas sobre o autismo, de forma que autores da atualidade fazem referência ao autismo como síndrome de Kanner, como forma de reconhecer e homenagear os seus estudos e pela contribuição de sua pesquisa para a descoberta do autismo. Afinal de contas foi Leo Kanner quem descreveu o TEA, explicando o fenômeno através de um artigo denominado “Os Transtornos Autísticos do Contato Afetivo”, no qual ele dá explicações de como funciona esse transtorno e classifica o quadro do autismo como extremo, obsessivo, com estereotípias.

É importante ressaltar que o autismo é pensado de maneiras diversas. Para Marques *et al.* (2022), na esfera legal e médica o autismo é considerado majoritariamente como uma deficiência, sendo visto como algo que limita as ações do indivíduo. Para o modelo social da neurodiversidade, o autismo é aceito como uma maneira particular de ser e estar no mundo. Mesmo tendo essas duas concepções sobre o TEA, vale ressaltar que, segundo a Organização das Nações Unidas, a pessoa com autismo é considerada como pessoa com deficiência.

Na literatura, também há diversas definições para o autismo, o qual, segundo Cunha (*apud* Gouveia *et al.*, 2022), pode ser derivado de causas genéticas ou de uma síndrome que ocorre durante o desenvolvimento do feto, mas ainda se trata de uma incógnita que precisa ser desvendada e isso dificulta o diagnóstico mais precoce. No Brasil, esse diagnóstico precoce ainda não existe, tendo mais facilidade de identificação na idade escolar e, quanto mais cedo esse diagnóstico for identificado, maiores são as chances dessa criança ser incluída no ambiente educacional e na sociedade, além de desenvolver mais cedo suas habilidades e potencialidades.

Dessa forma, como visto neste artigo, a educação constitui direito da pessoa com deficiência, com garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de

aprendizagem (Brasil, 2025b, p. 12). A Constituição Federal de 1988 afirma ser a educação um direito de todos, sem distinção. Portanto, uma criança com autismo não pode ser excluída do sistema de ensino devido à sua condição médica.

Esse direito também está expresso na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que assegura os direitos da pessoa autista, sendo um deles o direito à educação e ao ensino profissionalizante (Brasil, 2025a). Outra contribuição importante na realização de ações inclusivas no sistema brasileiro foi a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, publicada no ano de 2008, cujo objetivo foi estabelecer políticas públicas que promovem uma educação de qualidade para todos os alunos, especialmente para aqueles que precisam de cuidado diferenciado, com deficiências, transtornos de desenvolvimento ou altas habilidades\superdotação (Neves, 2022, p. 70).

A LBI/2015, em seu artigo 2º, considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2025b). Observa-se com essa lei que a deficiência não é um fator principal de impedimentos de inclusão e participação da pessoa com deficiência na sociedade, mas existem também barreiras que obstruem essa participação, tais como as arquitetônicas, e urbanísticas, presentes nos transportes, ou as tecnológicas e as inerentes à comunicação, dentre outras.

Nesse contexto, vale ressaltar, devido à sua importância, que a Educação Inclusiva conta com o essencial apoio do Atendimento Educacional Especializado - AEE, sendo considerado “um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, levando em consideração suas necessidades específicas” (MEC, 2008).

A escola é um dos principais ambientes favoráveis à inclusão, pois é o local em que a criança se prepara para viver em sociedade e essa preparação deve ser feita por toda equipe escolar, uma vez que não é a criança com TEA que precisa se adaptar à escola, e sim a escola que deve se preparar para receber uma criança neurodivergente e lhe oferecer uma educação inclusiva. Para Marques *et al.* (2022, p. 21), o ensino inclusivo é um direito conquistado e dever de toda a sociedade, devendo serem analisadas principalmente as dificuldades apresentadas para que isso ocorra, pois é muito importante que haja o equilíbrio entre a relação familiar e a escola, visto que, se uma não estiver em paridade com a outra, a inclusão não terá eficácia.

Todavia, não basta apenas incluir a criança com TEA, é preciso que a instituição crie condições adequadas e necessárias para que essa inclusão aconteça. Nascimento e Borges (*apud* Nunes; Alves, 2022) explicam que sintomas como as dificuldades de comunicação, os atrasos no desenvolvimento cognitivo e a dificuldade de concentração e socialização prejudicam a interação dos alunos com TEA dentro da sala de aula. Daí a importância da escola estar preparada para atender esses alunos e oferecer novas estratégias

pedagógicas para o desenvolvimento das habilidades de interação e socialização deles.

De acordo com Conti e Mombelli (2024), a escola só se torna inclusiva a partir do momento em que reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo, buscando assim a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas, ao mesmo tempo em que considera as peculiaridades de cada aluno. No processo de inclusão, o professor precisa voltar-se à integralidade e à individualidade do seu aluno. Dessa forma, conforme destaca Nunes e Alves (2022), a escola é um ambiente promissor para o desenvolvimento integral da criança e tem a função de auxiliá-la de maneira que ela adquira habilidades e conhecimentos para toda a vida.

Sendo assim, para as autoras, a escola constitui uma oportunidade para que crianças autistas possam descobrir, desenvolver e aprimorar suas habilidades e potencialidades. Diante disso, constitui papel da escola e dos professores lutar por essa conquista, através de práticas pedagógicas, plano de ensino individualizado e recursos pedagógicos específicos, que visam garantir não somente a permanência desse aluno, como também formação continuada aos professores, conforme ressaltam Conti e Mombelli (2024).

Outro fator importante que contribui para a inclusão da criança com TEA é a modificação do Projeto Político Pedagógico da escola, que deve ser adaptado para estar conforme a realidade de todos os alunos. De igual forma, o plano de ensino dos alunos que possuem o Transtorno do Espectro Autista deve ser pensado e adaptado, levando em consideração os problemas comportamentais e sociais que eles enfrentam devido ao transtorno, uma vez que eles acabam não tendo o mesmo desenvolvimento escolar apresentado pelos alunos sem deficiência, conforme Nunes e Alves (2022).

Dessa forma, a inclusão de crianças com TEA na escola não pode ser vista como um simples ato obrigatório que é exigido por leis, mas sim como uma prática diária que está fundamentada em um paradigma educacional, direcionada a defender a diversidade dos direitos humanos. Um dos principais benefícios da inclusão escolar para crianças com TEA é o desenvolvimento social. A interação com colegas de diferentes perfis ajuda em habilidades essenciais como comunicação, trabalho em equipe e resolução de conflitos.

Formação e práticas docentes

Um professor mediador é um docente que facilita a aprendizagem dos seus alunos, incentivando-os a construir conhecimentos e valores. Por isso, o professor representa um mediador de saberes das crianças autistas, sendo seu processo de mediação fundamental para que a ação educativa junto aos alunos com deficiências ou transtornos apresente bom desempenho nas atividades propostas. Dessa forma, conforme Beyer (*apud* Neves, 2022), a formação inicial e a continuada do professor em serviço necessitam envolver conceitos e orientações para práticas pedagógicas que indiquem metodologias claras e objetivas com o plano inclusivo.

De acordo com Bezerra (2023), uma criança com deficiência dentro da sala de aula é um desafio para os professores, que precisam estar preparados para atender esse aluno, dispondo de recursos adequados e adaptados para trabalhar com essa criança, pois uma didática e metodologia diferenciadas são essenciais para uma interação significativa, sobretudo nos anos iniciais. Sobre um ensino diferenciado e lúdico, Neves *et al.* (2022, p. 74) aponta que:

Diversos estudos descrevem que o processo de ensino aprendizagem das crianças com TEA deve ser fundamentado em atividades que envolvam jogos e brincadeiras, ou seja, atividades lúdicas, considerando que o desenvolvimento da aprendizagem acontece a partir da abordagem histórico-cultural, na análise das relações e interações dessas crianças, para que haja melhor entendimento dos seus interesses e atuações.

Diante disso, observa-se que uma das principais técnicas aconselhadas pelos estudiosos para auxiliar o processo de alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista foi o uso de atividades lúdicas, pois através delas as habilidades de interação e socialização podem ser desenvolvidas nessas crianças. pode ser desenvolvida o processo interacional das crianças autistas. Dessa forma, o professor alfabetizador é aquele que precisa ter conhecimentos e estar em constante busca de métodos e de hipóteses de leitura e escrita que auxiliem o aluno com TEA no processo de ensino e aprendizagem.

Saber, de igual forma, como esse aluno aprende, as bagagens que ele já possui e como pode avançar de um estágio para o outro, visto que é através do planejamento e de intervenções, tendo como base uma fundamentação teórica firme, bem ancorada, sendo um aspecto de fundamental importância na educação, conforme Neves *et al.* (2022). Diante desse contexto, como salientam os autores, quando o professor tem conhecimento da disciplina que leciona pode utilizar suas estratégias e metodologias diferenciadas de ensino, aplicando assim sua forma de ensinar, para atender a uma turma diversificada, na qual cada aluno possui seu jeito de aprender, visto que, nesse caso, a heterogeneidade, em vez de atrapalhar, constitui um elemento fundamental em todo processo educativo.

Quanto ao ensino e aprendizagem, o professor deve estar constantemente se preparando com estudos contínuos sobre a alfabetização, estudando métodos e estratégias, possibilitando uma alfabetização que vai além da memorização de letras, números e símbolos gráficos, transformando-se em uma expressão mais genuína de comunicação e assim estruturando uma prática pedagógica facilitadora. É nesse sentido que Conti e Mombelli (2024) afirmam que a prática pedagógica adequada em face do processo de inclusão é de fundamental importância, pois é essencial que o professor sinta e se perceba como um agente facilitador dos processos de aprendizagem, ou seja, ele deve ser um mediador entre o sujeito que aprende e o conhecimento que transmite.

Além das garantias e direitos fundamentais da criança com deficiência, outro benefício alcançado pela Lei 12.764/12 (Berenice Piana) aos alunos autistas que são matriculados em escola comum consiste no direito a um acompanhante especializado, caso seja comprovada a necessidade.

Esse acompanhante deve atuar juntamente com o professor e toda a equipe escolar, auxiliando esse aluno no processo de inclusão e aprendizagem.

Conforme ressaltam Nunes e Alves (2022), tanto o professor como o auxiliar devem estar devidamente qualificados e preparados para ensinar uma criança com TEA. Precisam conhecer e estudar sobre o transtorno, os sintomas, bem como compreender de que forma eles podem interferir na aprendizagem do aluno e no relacionamento com os demais colegas na escola. Além disso, o professor precisa conhecer as estratégias e práticas de ensino para crianças com TEA, já que elas possuem uma maneira particular de aprender, que envolve muitas particularidades. Portanto, tanto o professor como o auxiliar da criança devem ter todo o conhecimento necessário para lidar com a demanda.

Dessa forma, para que a aprendizagem da criança com o Transtorno do Espectro Autista de fato aconteça, é preciso haver uma conscientização no sentido de que as diferenças sejam aceitas e toda equipe escolar e os educadores aprendam a conviver com a diversidade, pois, quando esse processo de inclusão acontece, beneficia a todos, que assim aprendem a conviver com a diversidade e ajudam no processo de aprendizagem dessa criança, que precisa se sentir bem em um ambiente acolhedor e disposto a ajudá-la a superar suas limitações e alcançar suas habilidades e competências tanto da escola quanto na sociedade.

Nesse sentido, Gouveia *et al.* (2022) pontua que muitos desses alunos com TEA chegam à escola sem nenhum diagnóstico conclusivo, de forma que o professor terá a função de analisar como esse aluno age em sala de aula, e isso também irá depender das informações sobre transtorno autista que o professor já possui. Além disso, quando o professor, após suas sondagens e observações, constatar algo diferente nesse aluno, deve encaminhá-lo à direção da escola, que deverá tomar todos os cuidados necessários, além de auxílio médico.

Estratégias e recursos pedagógicos para alfabetização de crianças com TEA

Apesar dos avanços legislativos na área de atendimento a crianças com deficiência, a realidade é que muitas escolas ainda encontram dificuldades em adaptar o currículo, capacitar professores e implementar práticas pedagógicas acessíveis. Essas limitações só revelam a dessemelhança entre as diretrizes legais e as práticas do dia a dia no ambiente escolar, o que traz implicações entre uma inclusão eficaz e o amplo desenvolvimento dos alunos com TEA.

Nesse contexto, Conti e Mombelli (2024) revelam que estudos realizados recentemente apontam que, mesmo que esses alunos vivam em contextos inclusivos, regularmente não recebem todo o suporte pedagógico necessário para seu desenvolvimento educacional, pois enfrentam barreiras e limitações no processo de aprendizagem. Diante disso, todas as crianças, com ou sem deficiência, precisam passar pelo processo de alfabetização e letramento, uma vez que ele é fundamental para que o ser humano interaja e se desenvolva na sociedade.

Tudo isso porque o processo de leitura e escrita é essencial ao desenvolvimento da comunicação da língua falada, já que é por meio da alfabetização que a pessoa se torna capaz de perceber e compreender situações que acontecem ao seu redor. Partindo da ideia de que alfabetizar é um processo em que o ser humano aprende a ler, esse processo deve ser concreto e finito. Nesse caso, a leitura já faz parte de uma habilidade desenvolvida por quem já foi ou ainda está passando pelo processo de alfabetização, o que inclui todas as pessoas, inclusive as que possuem deficiência, conforme ressaltam Conti e Mombelli (2024).

Para que a alfabetização aconteça, são necessárias estratégias, métodos e recursos didáticos, estímulos e procedimentos diferenciados para que a criança com TEA desenvolva habilidades fundamentais, esperadas nesse processo de ensino-aprendizagem. No processo de alfabetização, são abordados conceitos que vão desde a diferenciação entre letras e números, à relação de sons com as letras, a correspondência entre fonemas e grafemas, até aspectos como segurar o lápis corretamente, realizar os movimentos manuais adequados e seguir a direcionalidade da leitura.

Sendo assim, de acordo com Conti e Mombelli (2024), a atitude do educador no processo de alfabetização é essencial, pois alfabetizar alunos com TEA é um processo complexo que requer ações que levem em consideração o contexto em que esse aluno está inserido, suas potencialidades e fragilidades, modificando cada fase do seu aprendizado, de acordo com as habilidades já desenvolvidas e as que ele ainda irá desenvolver. Diante disso, as autoras ressaltam que, para alfabetizar crianças com o Transtorno do Espectro Autista, é preciso que haja metodologias e estratégias diferenciadas que levem em conta as particularidades desses alunos.

Nesse contexto, suas pesquisas sobre alfabetização de crianças com TEA apresenta uma abordagem multissensorial que emerge como uma estratégia promissora. Essa abordagem utiliza diferentes canais sensoriais – como visão, audição, tato e movimento – com objetivo de facilitar a aprendizagem, abrangendo práticas pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos. Ao proporcionar experiências sensoriais diversas, a abordagem multissensorial não apenas apoia o ensino da leitura e da escrita, mas também contribui para uma inclusão mais significativa, como salientam Conti e Mombelli (2024, p. 3).

A abordagem multissensorial citada acima pelas autoras é fundamentada na ideia de que a aprendizagem é enriquecida quando múltiplos sentidos são engajados no processo educativo, integrando estímulos fonológicos aos visuais, táteis, olfativos e, ocasionalmente, gustativos. Sobre isso, as autoras ressaltam que:

Quando a criança consegue explorar diferentes modalidades sensoriais, ela é induzida a compreender e internalizar conceitos de forma mais completa e significativa. Como exemplo de uma abordagem multissensorial no processo de alfabetização, as autoras citam o uso de letras de lixa. Esse material envolve a estimulação tátil, visual e auditiva, proporcionando uma experiência significativa de aprendizagem multissensorial. As letras, recortadas em lixa, permitem que a criança passe os dedos sobre sua superfície, explorando o formato

das letras com o tato, enquanto o professor vocaliza o som correspondente, integrando a associação entre a forma e o som das letras (Conti e Mombelli, 2024, p. 9).

Assim, conforme Neves *et al.* (2022), é necessário que os professores tenham um norte para o planejamento de aulas de crianças com TEA, bem como também das outras, compreendendo as características, as especificidades e as dificuldades de aprendizagem de cada uma delas. Precisa ter uma sondagem significativa, para identificação das habilidades que essa criança possui e as que ela precisa desenvolver, para, a partir dessas observações, planejar e desenvolver as atividades a serem propostas. Dessa forma, o professor precisa investir em um ensino visual, valorizando essa habilidade dos alunos, desenvolvendo a percepção visual, através das cores, dimensões, profundidades, animais, corpos, entre outros.

Desse modo, segundo as autoras Conti e Mombelli (2024), o uso de recursos pedagógicos como auxiliares na alfabetização é de grande importância na etapa do processo de ensino e aprendizagem, pois são ferramentas que facilitam a comunicação efetiva entre educadores, famílias e alunos. Por isso, quando o professor estimula o aluno e elabora materiais e abordagens que trazem consigo resultados positivos, torna a aprendizagem mais significativa para todos os alunos, inclusive os que possuem necessidades educacionais especiais.

Nesse sentido, as atividades realizadas com auxílio dos recursos pedagógicos possuem o objetivo de atrair a atenção de crianças com TEA, colocando em prática a interação, transformando esse desenvolvimento de forma natural. Nesse sentido, é importante utilizar uma abordagem criativa, partindo do pressuposto de que o visual é um dos meios de comunicação mais acessíveis para crianças com transtornos diversos (Bezerra, 2023, p. 3).

Outro método que surge como estratégia de alfabetização e que tem sido muito usado atualmente é o fônico, que consiste na alfabetização pelo som das letras, tendo mostrado resultados mais eficazes não apenas entre crianças com TEA, mas também entre aquelas com dislexia, deficiência intelectual e outras dificuldades relacionadas à aquisição da leitura e escrita, conforme discutem Capovilla, Gutschow e Capovilla, Seabra, Capovilla, Macedo e Serra (*apud* Conti e Mombelli, 2024).

Quando ajustado a recursos pedagógicos, como a abordagem multissensorial, o método fônico pode ser utilizado como uma ferramenta poderosa para adaptar o ensino às necessidades individuais dos estudantes, promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo e responsivo. Quando o professor medeia sua aula com o uso de instrumentos pedagógicos, gera oportunidades de estabelecer relações entre os objetos e os sujeitos, tornando concretos os procedimentos e operações, atribuindo modificações às ações nas quais ocorre a transformação da realidade.

Diante disso, para que um aluno com TEA aprenda, o professor deve planejar atividades específicas que promovam o desenvolvimento da aprendizagem, fazendo referência ao contexto em que o sujeito está inserido e quais significados a ação trará (Conti e Mombelli, 2024, p. 10). Por isso, é importante auxiliar a aprendizagem de alunos com TEA usando os recursos práticos, para que eles

possam perceber determinado conteúdo através de materiais visuais e manipuláveis, facilitando a compreensão em vários aspectos, principalmente estes se relacionam à inclusão e às regras sociais essenciais dentro do ambiente de sala de aula, conforme Bezerra (2023).

Nesse sentido, o educador tem a função de pensar e preparar esses recursos para introduzir em suas aulas, de acordo com cada nível, levando em consideração as dificuldades que o aluno com TEA possa vir a enfrentar. Para Bezerra (2023), as atividades realizadas com auxílio dos recursos pedagógicos possuem o objetivo de atrair a atenção de crianças com TEA, colocando em prática a interação, que transforma esse desenvolvimento de forma natural. Essa abordagem precisa ser feita de forma criativa, pois o elemento visual constitui um dos meios de comunicação mais acessíveis para crianças com transtornos diversos.

Nesse caso, a autora traz uma série de exemplos de recursos que podem ser utilizados tanto dentro da sala de aula quanto dentro da sala de recursos, tais como: quadro de rotina, recursos visuais para tarefas, recursos visuais para comportamentos adequados, rotular tarefas, recursos sensoriais utilizando jogos que apresentam texturas, tamanhos, formatos e cores, recursos que demarcam a passagem do tempo, além dos recursos pedagógicos que trabalham a alfabetização através de tabuleiro e outros que possam utilizar letras ou números para ajudar a criança a compreender cada significado (Bezerra, 2023, p. 4).

Além dos recursos pedagógicos, outra ferramenta citada pela autora e que auxilia na alfabetização de alunos com TEA é a tecnologia, que pode ser trabalhada diariamente com o objetivo de auxiliar na rotina diária, em tarefas pessoais. Recursos de comunicação aumentativa também podem fazer parte dessa ferramenta, bem como recursos de acessibilidade. Outro importante elemento que contribui significativamente na aprendizagem e engajamento escolar dos alunos com TEA são as atividades lúdicas. Para Nunes e Alves (2022), é aconselhável que os professores utilizem esse tipo de atividade em sala de aula com esses alunos.

Portanto, Nunes e Alves (2022) ressaltam que as brincadeiras se mostram muito importantes para a intervenção de crianças autistas, tendo em vista que elas apresentam maior dificuldade do que as outras crianças nas áreas afetivas, sociais e culturais, devido ao déficit na interação social. As brincadeiras são atividades que atuam no desenvolvimento e aperfeiçoamento das habilidades infantis, incluindo a socialização, a imaginação e a criatividade. Quando a criança brinca e manipula os objetos, ela está em pleno aprendizado e, com isso, começa a desenvolver habilidades afetivas, de socialização, cultural e motora.

Considerações finais

No presente artigo, foram abordadas características importantes para o uso dos recursos pedagógicos no desenvolvimento da alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista,

com a finalidade de analisar e conhecer as práticas pedagógicas dentro de sala de aula nos anos iniciais de ensino fundamental, esclarecendo o papel do professor como mediador do conhecimento, que pode trazer contribuições significativas e fundamentais ao desenvolvimento da aprendizagem da criança com TEA, ofertando a essa criança a condição de fazer parte, de maneira inclusiva, de uma sala de aula no ensino regular.

Foram igualmente estudadas as leis que fornecem todo o arcabouço jurídico que as pessoas com deficiência precisam, especificamente as que possuem TEA. Analisou-se que o processo de inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista é algo que há anos vem sendo trabalhado na rede regular de ensino e, embora esteja se expandindo, há ainda muitas mudanças a serem realizadas e metas a serem alcançadas, pois a inclusão só acontece quando todos são envolvidos, desde o acolhimento na escola até os planos, atividades adaptadas e planejadas, de forma a alcançar a particularidade de cada aluno.

É pensando nisso que Costa (*apud* Conti e Mombelli, 2024) ressalta que, nesse cenário, o professor exerce o papel de facilitador da aprendizagem desse aluno, através de estratégias e metodologias diferenciadas e também como investigador, que busca conhecer todo o contexto social dessa criança, para, a partir disso, elaborar suas práticas, de acordo com a realidade desse aluno. Como mediador, o professor facilita a interação entre estudante e o objeto de conhecimento, ampliando seu repertório sociocultural e promovendo uma aprendizagem significativa.

Diante disso, o processo de inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista deve ser contínuo, iniciando desde a sua entrada, no seu acolhimento escolar, assim como também nas práticas pedagógicas diariamente feitas. O professor inclui este aluno quando pensa em sua particularidade e, a partir dela, planeja e prepara atividades diferenciadas e adaptadas, de forma a atender às necessidades educacionais específicas desse aluno.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Brasília: Planalto, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília: Planalto, 2025b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 3 abr 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Planalto, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jan 2025c.

BEZERRA, Edna Luísa *et al.* Recursos pedagógicos como ferramentas de ensino para crianças com transtorno do espectro do autismo. **Anais IX CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/96330>. Acesso em: 17 jan 2025.

CONTI, Gabriella; MOMBELLI, Monica Augusta. Abordagem multissensorial nas habilidades de alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): estratégias e recursos: protocolo de revisão de escopo. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 13, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n13-426>. Acesso em: 8 jan 2025.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. PIAZENTI, Olga Maria. **A construção do projeto político pedagógico de uma escola inclusiva**. Bauru: UNESP/FC/MEC, 2010.

GOUVEIA, Alusca Fernandes *et al.* Políticas públicas e inclusão social e educacional da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA). In: MARQUES, Agílio Tomaz; LUCENA, Brunno Alves de; ARAUJO, João Marcos Batista Gomes de; MASCARENHAS, Yraguacyara Santos (org.). **Autismo & inclusão: enfoque multidisciplinar**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 7. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023.

MARQUES *et al.* Avaliação do cenário contemporâneo da população infantil diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA). In: MARQUES, Agílio Tomaz; LUCENA, Brunno Alves de; ARAUJO, João Marcos Batista Gomes de; MASCARENHAS, Yraguacyara Santos (Org.). **Autismo & Inclusão: Enfoque Multidisciplinar**. Boa Vista: IOLE, 2022.

MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Portal MEC**, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 3 de abr 2025.

NUNES, Joice Carla dos Santos; ALVES, Francisca Ivoneide Benício Malaquias. Inclusão de criança com Autismo em sala de aula. **Revista de Psicologia**, v. 16, n. 63. 2022. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3607>. Acesso em: 4 mar 2025.

NEVES, Kelly Cristiani dos Santos, et al.. Transtorno do espectro autista e o processo de ensino aprendizagem. In: ARAGÃO, G. Frota (org.). **Transtorno do Espectro Autista: concepção atual e multidisciplinar**. Campina Grande: Amplla, 2022.